



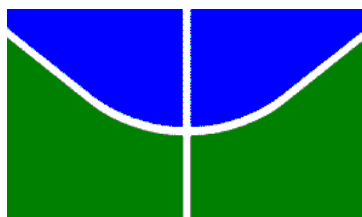
**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE UNB PLANALTINA - FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

FERNANDO MARQUES XAVIER DA COSTA

**MODOS TRADICIONAIS DE PRODUÇÃO ORGÂNICA NA
COMUNIDADE KALUNGA DO PRATA VÃO DO MOLEQUE,
CAVALCANTE - GOIÁS**

Planaltina – DF

2018



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE UNB PLANALTINA - FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

FERNANDO MARQUES XAVIER DA COSTA

**MODOS TRADICIONAIS DE PRODUÇÃO ORGÂNICA NA
COMUNIDADE KALUNGA DO PRATA VÃO DO MOLEQUE,
CAVALCANTE - GOIÁS**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção ao título de Licenciado em Educação do Campo, com habilitação na área Ciências da Natureza e Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Jair Reck.

Planaltina, DF 2018

*Dedico este trabalho
primeiramente a minha mãe e
meu filho, por terem me dado
força e incentivo sempre que
precisei. A meu orientador, por
ter me auxiliado e pela paciência
que teve para comigo. Aos meus
familiares, professores e colegas
de graduação que me deram as
mãos e contribuíram para minha
formação com incentivos e
ensinamentos.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me fez persistente na minha caminhada.

A meu orientador pelos ensinamentos incalculáveis para a feitura deste trabalho.

Aos Professores da FUP- UNB, especialmente aqueles a quem tive a honra de ser aluno, pelos aprendizados e contribuições nas discussões durante o curso.

Aos colegas da turma.

A minha mãe, minha esposa e meu filho que estiveram ao meu lado durante toda essa trajetória.

Aos amigos que fiz nesse novo caminhar.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Plantação em quintal-----	32
Figura 2. Roça de arroz-----	33
Figura 3 Roça de mandioca-----	33
Figura 4. Roça de feijão-----	34
Figura 5. Enxada, enxadão, facão, foice e cavador -----	35
Figura 6. Ferramentas: plantadeira, machado e cutelos -----	36
Figura 7. Roça derrubada e queimada-----	37
Figura 8. Família capinando na roça-----	38
Figura 9. Cinza de mamoinha-----	39
Figura 10. Homem plantando a roça com uma plantadeira-----	41
Figura 11. Arroz sendo secado em um couro de boi-----	42
Figura 12. Escola Nossa Senhora Aparecida-----	49

**MODOS TRADICIONAIS DE PRODUÇÃO ORGÂNICA NA
COMUNIDADE KALUNGA DO PRATA VÃO DO MOLEQUE,
CAVALCANTE - GOIÁS**

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jair Reck (Orientador UnB)

Prof. Dr. João Batista Pereira de Queiroz (Examinador UnB)

Prof. Dr^a Maria Osanette de Medeiros (Examinadora UnB)

Planaltina - DF
Janeiro 2018

RESUMO

Este trabalho tem como tema, “Modos Tradicionais de Produção Orgânica na Comunidade Kalunga do Prata Vão do Moleque, Cavalcante - Goiás ” tem por objetivo apresentar e registrar os modos tradicionais de produção orgânica praticados na Comunidade Prata Vão do Moleque e mostrar a importância da inserção desses saberes no contexto escolar, ou seja, integrar as práticas agrícolas ao currículo da escola local. O tema surgiu a partir do momento em que o pesquisador realizou o trabalho da disciplina “Pesquisa e Memória”, durante o curso de Licenciatura em Educação do Campo, onde foi realizada uma pesquisa sobre “Os modos tradicionais de produção agrícola da Comunidade Prata Vão do Moleque”. Este trabalho foi realizado por meio de entrevista, observações, registros e leitura de diversos livros, revistas e teses. Pretende-se com esta pesquisa contribuir com a formação dos professores da Comunidade Prata Vão do Moleque, para que os mesmos reflitam sobre a importância de inserir no currículo escolar os saberes e fazeres, para que os mesmos possam somar e contribuir com o resgate, preservação e valorização da cultura desses povos, e assim, fazer com que este conhecimento não seja esquecido com o decorrer do tempo.

Palavras- chave: Educação do Campo; Quilombolas; Saberes e Fazeres; Agricultura orgânica.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
CAPITULO 1	13
POVOS TRADICIONAIS: FORMAÇÃO DE QUILOMBO, FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO KALUNGA E A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE PRATA VÃO DO MOLEQUE.....	13
1.1 FORMAÇÃO DE QUILOMBOS.....	13
1.2 FORMAÇÃO DO QUILOMBO EM GOIÁS	16
1.3 FORMAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO KALUNGA	18
1.4 BREVE HISTÓRICO DA COMUNIDADE KALUNGA PRATA	20
1.5 COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	22
CAPITULO 2	23
DIVERSIDADE CULTURAL: MEIOS DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA ORGÂNICA DA COMUNIDADE KALUNGA PRATA.....	23
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR.....	23
2.2 AGRICULTURA ORGÂNICA E SUA IMPORTÂNCIA PARA O MEIO AMBIENTE.....	24
2.3 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA ORGÂNICA PARA A COMUNIDADE PRATA DO VÃO DO MOLEQUE	27
2.4 MODOS TRADICIONAIS DE PREPARAR O SOLO PARA O CULTIVO NA COMUNIDADE PRATA	31
2.5 MODO TRADICIONAL ORGÂNICO DE COMBATER AS PRAGAS NAS ROÇAS DA COMUNIDADE PRATA VÃO DO MOLEQUE.....	36
2.6 MODOS TRADICIONAIS DE PLANTIO E COLHEITA DA AGRICULTURA DA COMUNIDADE PRATA VÃO DO MOLEQUE	37
lhfsbbcmn.....	40
CAPITULO 3	41
EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: ESCOLA DO CAMPO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA COMUNIDADE PRATA VÃO DO MOLEQUE	41
3.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO	41
3.2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA COMUNIDADE PRATA VÃO DO MOLEQUE	44
3.3 CONTRIBUIÇÕES DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA A EDUCAÇÃO DA COMUNIDADE PRATA VÃO DO MOLEQUE.....	48
3.4 A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DOS SABERES RELACIONADOS AOS MODOS TRADICIONAIS DA AGRICULTURA ORGÂNICA NO CURRÍCULO DA ESCOLA DA COMUNIDADE PRATA VÃO DO MOLEQUE	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
ANEXO	60

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi realizado na Comunidade Kalunga Prata Vão do Moleque, localizada aproximadamente a 90 km da cidade de Cavalcante. É uma comunidade remanescente de quilombo que pertence ao Sítio Histórico e Patrimônio Kalunga que abrange dois municípios da Chapada dos Veadeiros, Teresina-GO e Cavalcante-GO, e também Monte Alegre de Goiás.

A Comunidade Prata Vão do Moleque é formada por negros (as) descendentes de escravos (as) e tem seu jeito próprio de construir sua identidade, trazendo uma cultura rica em saber e fazer tradicional, no qual respeitam e valorizam o conhecimento repassado de geração a geração, e pode ser considerada como uma comunidade tradicional.

É importante ressaltar que a escolha do presente tema, “Modos Tradicionais de Produção Orgânica” na Comunidade Kalunga do Prata Vão do Moleque, Cavalcante - Goiás tem por objetivo apresentar e registrar os modos tradicionais de produção orgânica praticados na Comunidade Prata Vão do Moleque e mostrar a importância da inserção desses saberes no contexto escolar, ou seja, integrar as práticas agrícolas ao currículo da escola local.

É importante salientar que o pesquisador nasceu na Comunidade Prata, estudou a segunda fase do Ensino Fundamental em uma escola agrícola na cidade de Arraias no estado do Tocantins, já que a escola da comunidade não oferecia esse ensino. Coursou o Ensino Médio na cidade de Goiânia Goiás.

Depois de ter concluído o Ensino Médio, retornou à Comunidade, onde é professor há oito anos. A partir daí, percebeu que os saberes tradicionais daqueles povos não são valorizados na escola e que os mesmos poderão ser apagados com o decorrer do tempo devido a vários fatores, por exemplo, o falecimento de pessoas mais velhas, o desinteresse dos jovens em aprender as tradições culturais e a saída dos jovens para a cidade.

O presente tema surgiu a partir do momento em que o pesquisador realizou o trabalho da disciplina “Pesquisa e Memória”, durante o curso de Licenciatura em

Educação do Campo (LEdoC)' onde foi realizado uma pesquisa sobre "Os modos tradicionais de produção agrícola da Comunidade Prata Vão do Moleque". E isso, despertou um grande interesse em realizar essa pesquisa.

Pretende-se com esta pesquisa fazer uma reflexão sobre a importância da inserção dos saberes relacionados aos modos tradicionais da agricultura orgânica no contexto escolar, com o intuito de resgatar, preservar e valorizar a cultura da Comunidade Prata Vão do Moleque.

A pesquisa foi orientada por uma abordagem qualitativa e aconteceu na Comunidade Prata Vão do Moleque, realizada mediante os procedimentos de coletas de dados com entrevistas, além do estudo e da análise teórica sobre a temática da cultura quilombola, dos saberes tradicionais e da Educação do Campo. O pesquisador utilizou a observação e registro contínuo de todas as atividades desenvolvidas na produção agrícola, a fim de reproduzir a realidade das pessoas envolvidas e como essas pessoas colocam em prática todo o conhecimento que aprenderam com seus antepassados.

A pesquisa orientada pela metodologia de cunho etnográfico, por se tratar de um trabalho a ser desenvolvido numa comunidade que possui aspectos socioculturais muito específicos e por sua tradição quilombola.

O estudo de caso Etnográfico segundo BORTONI-RICARDO (2008, p.72) é um tipo de pesquisa com abordagem qualitativa e/ou interpretativa, que busca fazer uso de métodos desenvolvido na tradição etnográfica, como, a participação do etnógrafo durante extensos períodos, na vida diária da comunidade que está estudando, observando tudo o que acontece, reunindo todas as informações que possam desvelar a característica da cultura do seu foco em estudo.

A Pesquisa do tipo Etnográfica: é uma pesquisa que tem sempre caráter interpretativo e se inicia com algumas perguntas exploratórias, postuladas com base na leitura da literatura especializada, na experiência de vida e no senso comum do pesquisador (BORTONI-RICARDO, 2008).

Para a realização da pesquisa foram entrevistadas quatro moradores da Comunidade Prata. Foi realizada também a pesquisa bibliográfica, que teve por objetivo levantar o conhecimento disponível sobre o tema estudado.

Segundo Lakatos e Marconi (1999) a pesquisa bibliográfica consiste em descrever as fontes de pesquisa e o processo de estudo, pois possibilita que o pesquisador conheça as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para compreender ou explicar o seu problema objeto de investigação.

Para nortear a pesquisa foram elencadas as seguintes questões: Qual é a importância da agricultura familiar orgânica para a Comunidade Prata Vão do Moleque? Como acontece a produção agrícola orgânica na Comunidade Prata? Qual é a importância desses saberes e fazeres para Comunidade Prata Vão do Moleque? O que estão acarretando a perda dos saberes relacionados aos modos de produção agrícola da Comunidade Prata? Esses saberes são inseridos no contexto escolar da Comunidade Prata?

No primeiro capítulo serão abordados os temas: Povos tradicionais: Formação de quilombo; Formação do território Kalunga e a Formação da Comunidade Prata Vão do Moleque.

No capítulo dois será apresentado a Diversidade Cultural: Meios de produção da agricultura orgânica da Comunidade Kalunga Prata: Agricultura Familiar; Agricultura Orgânica e sua importância para o meio ambiente; A importância da agricultura orgânica para a Comunidade Prata Vão do Moleque; Os modos tradicionais de preparar solo para o cultivo na Comunidade Prata Vão do Moleque; Modo tradicional orgânico de combater as pragas nas roças da Comunidade Prata e os Modos tradicionais de plantio e colheita da agricultura orgânica da Comunidade Prata Pão do Moleque.

E no capítulo três será enfatizado a Educação Quilombola: Escola do campo e a Educação do Campo na Comunidade Prata Vão do Moleque: Educação do Campo; A Educação do Campo na Comunidade Prata Vão do Moleque; Contribuições da licenciatura em Educação do Campo para a educação na Comunidade Prata Vão do Moleque; A importância da inserção dos saberes

relacionados aos modos tradicionais da agricultura orgânica no currículo da escola da Comunidade Prata vão do Prata.

CAPITULO 1

POVOS TRADICIONAIS: FORMAÇÃO DE QUILOMBO, FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO KALUNGA E A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE PRATA VÃO DO MOLEQUE

Neste capítulo será apresentado um breve histórico da formação da Comunidade remanescente quilombola Kalunga Prata Vão do Moleque, situada no município de Cavalcante Goiás. Apresentam-se a origem da Comunidade Kalunga em Goiás e sua identidade cultural.

Para tanto, foram utilizados estudos realizados por autores, tais como: Baiocchi (1999 e 2001), Brasil (2007), Bortoni-Ricardo (2008), Croisés (2009), Diegues (2001), Dutra (2011), Lakatos e Marconi (1999), Lopes (2010), Moura (1989), Pallacin (1994), Paré, Oliveira e Veloso (2007), Saraiva (2012), Silva (2007), (Silva 2013), Silva (1974) e Soares (1995).

1.1 FORMAÇÃO DE QUILOMBOS

O conceito de Quilombo vem sendo remanescentizado pela ciência e pelos movimentos sociais relacionados à questão do negro e ampliando seus significados. A concepção que se tem sobre os Quilombos distanciou-se do sinônimo de negros rebeldes que, em fuga da opressão escravista, se organizavam em grupamentos de pelo menos cinco negros sem nenhum recurso: [...] O Conselho Ultramarino Português datado de 1740 define quilombo como toda habitação de negros fugidos, que possuem pelo menos cinco negros em parte despovoados, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele (LOPES, 2010).

Segundo Baiocchi (1999), quilombo quer dizer acampamento guerreiro na floresta; toda habitação de negros fugidos que passe de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões nele. Quilombo é onde os negros se organizaram em um processo extremo de defesa, afirmação e resistência.

De acordo com Silva (2007), os quilombos foram muito frequentes na história do Brasil, embora muitos tenham existido também em outros territórios. Estes quilombos variavam de lugar, tamanho e número da população, como também diversificava a forma de organização, mas de todos os quilombos o de Palmares foi o maior na história do Brasil.

Segundo Dutra (2011) a origem dos quilombos se relaciona com o processo de escravidão negra que vigorou no Brasil por três séculos. Tais grupos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos e estratégias de resistência como, as fugas com ocupação de terras livres, entre outros meios.

No Brasil, a formação dos quilombos foi uma tentativa de liberdade pela opressão vivida pelos escravos. O que mais se destacou foi o Quilombo de Palmares, localizado na Serra da Barriga, na Capitania de Pernambuco, formado no período colonial, no Século XVII, e se tornou o símbolo de resistência do povo africano à escravidão.

Longa e difícil travessia sob a música silente e retumbante da fome e da dor, cortando a carne, ferindo a alma, desperdiçando sentimentos, famílias, memórias, construções e ideais de vida. Vencer a longa e difícil travessia pelo mar revolto, de noites frias e chuvosas, dias muito quentes, apertados e gelados, com cheiro e gosto de morte, é a raiz mais profunda e hidratada da resistência, história e cultura dos Kalungas comunidades remanescentes de quilombolas que habitam o noroeste goiano (CROISÉS, 2009, p. 35).

Os negros que foram aprisionados em várias partes da África e transportados de forma cruel, quando conseguia chegar ao Brasil, apresentavam-se de forma deprimida, com fome, doente, fraco e acorrentado.

Vários escravos foram levados para as lavouras de café, cana-de-açúcar e outros para as minas de ouro, porém, de igual forma, foram violentados. A jornada de trabalho era de 14 (catorze) a 16 (dezesesseis) horas diárias, sob a fiscalização do feitor que não admitia pausa ou distração. A crueldade dos senhores não tinha limites e muitos criavam os seus métodos e instrumentos de tortura próprios, como é o caso de mutilações de partes do corpo (Moura 1989).

Diante de tamanha violência, as fugas passaram a ser frequentes, assim como o aperfeiçoamento na aplicação dos castigos corporais aos escravos fujões. Estes se escondiam nas matas, nas montanhas, em vãos, em locais de difícil acesso e, em pequenos grupos, formavam comunidades que passaram a ser conhecidas como quilombos.

Segundo Moura (1989), no quilombo ou nas demais manifestações dos quilombolas, essa população marginalizada se recompunha socialmente. Por tudo isto os Quilombolas tiveram uma dimensão nacional de aspecto ameaçador para a classe senhorial do período da mineração.

Baiocchi (1999) afirma que a história brasileira registra apenas dois movimentos sociais que se ampliaram em todo o território nacional. O Movimento pela Independência do Brasil (1822) e o movimento quilombola que se iniciou no Século XVII com Palmares e somente fechou seu ciclo de lutas nas últimas décadas do Século XIX com a abolição da escravatura (1888).

Para Moura (1989), o movimento é um movimento emancipacionista que antecede, em muito, o movimento liberal abolicionista. Ele tem caráter mais radical, sem nenhum elemento de mediação entre o seu comportamento dinâmico e os interesses da classe senhorial. Por isso, somente a violência poderia consolidá-la ou destruí-la. De um lado os escravos rebeldes, de outro os senhores e o aparelho da repressão a essa rebeldia. O quilombo apareceu como mecanismo de resistência mais representativo quer pela quantidade, quer pela continuidade histórica. Dessa forma, o quilombo tornou-se o centro organizacional do movimento Quilombola.

De acordo com Moura (1989), o movimento Quilombola foi o movimento de rebeldia permanente, organizado e dirigido pelos próprios escravos como se verificou durante o escravismo brasileiro, em todo o território nacional. Movimento de mudança social provocado, o quilombo foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista.

A definição da palavra quilombo foi dada pelo Rei de Portugal ao Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740. Quilombo era “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (MOURA, 1989, p. 16).

Segundo Moura (1989), os quilombos tinham vários tamanhos e se estruturavam de acordo com o número de habitantes. Os pequenos quilombos possuíam uma estrutura muito simples, às vezes eram grupos armados. As lideranças surgiam no próprio ato da fuga e da organização. Os grandes quilombos eram complexos. O de Palmares, na capitania de Pernambuco, por exemplo, chegou a ter cerca de vinte mil habitantes e o de Campo Grande, em Minas Gerais, dez mil ou mais.

Croisés (2009) define quilombo como um espaço que não se encerra em determinações ou explicações. Compreende uma área ocupada necessária à sobrevivência dos descendentes dos “escravos”. Mais do que isso, o quilombo é o território que constrói e guarda a história e a cultura de uma coletividade humana, suas relações sociais, econômicas e religiosas fundadas com significados materiais e imateriais, resiliências, memórias, respeito e preservação dos bens naturais e do poder ancestral cultivado e transmitido por gerações.

1.2 FORMAÇÃO DO QUILOMBO EM GOIÁS

Segundo Silva (1974) os poucos documentos existentes dão notícia de que, os negros que vieram para Goiás, com relação à história dos bandeirantes, decorrentes da exploração das minas de ouro, eram provenientes, em grande parte, da Angola, do Congo e Moçambique e, em sua maioria eram negros bantos. A afirmação se ratifica nos elementos recolhidos do folclore goiano e na leitura de contistas e romancistas.

Afirma Silva (1974) que os escravos eram capturados e comercializados entre os mercadores e os portugueses. Provenientes de toda a costa oeste da África eram divididos em três grupos: sudaneses, bantos e guinemos-sudaneses mulçumanos, embora não haja registros confirmatórios. Cada um desses grupos tinha um destino no Brasil. O primeiro, da tribo, advinda da Nigéria e Costa do Ouro, tinha como destino a cidade da Bahia. O segundo, povos bantos provenientes das cidades de Angola, Congo e Moçambique, destinavam-se ao Maranhão, Pará, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro e São Paulo. O último grupo tinha a mesma origem e destino que os sudaneses, porém havia uma diferença: eram convertidos ao islamismo.

O Século XVIII foi um longo período de tormento para os escravos, sobretudo nas minas de Goiás. Se as outras tarefas que exercitavam já eram sofridas, nas minas as suas forças eram exterminadas até a morte. Trabalhavam arduamente de sol a sol. Em consequência, muitas doenças proliferaram entre os escravos. Mal alimentados, exaustos pelo trabalho nas minas e acometidos de doenças que não davam tempo de curar-se, tinham uma vida muito breve no trabalho ao qual se dedicavam no máximo de 10 (dez) a 12 (doze) anos.

Segundo Pallacin (1994) a crueldade fazia com que o escravo fugisse para os quilombos. O governador, Conde dos Arcos, ao responder a uma consulta régia sobre o castigo que deveria impor aos fugitivos recapturados, atribuía a responsabilidade das fugas aos próprios donos.

Em Goiás os maus tratos vividos pelos escravos nas minas eram tão intensos que praticamente em quase todos os arraiais formou-se um quilombo como marca da resistência e refúgio. Nesse sentido, vale destacar as considerações de Pallacín:

Se a existência de quilombos implica maus tratos para o escravo, em Goiás constitui um testemunho impressionante, pois praticamente não há arraial sem sombra de seu quilombo. Somente durante o governo de dom Marcos de Noronha, há, através de sua correspondência, notícias de medidas tomadas contra os quilombos em Tocantins, Arraias, Meia Ponte, Crixás, Paracatu, Três Barras, todos os caminhos do norte de Minas, na mesma capital, tanto nos morros de levante como os do poente, se encontravam refúgios de negros fugidos, a pouco mais de um tiro de pedra; contudo, o caso mais perigoso, nestes anos, foi a conjuração dos negros de Pilar, escravos e calhambolas, para assassinar toda a população branca, aproveitando o bulício das festas de Pentecostes (PALLACÍN, 1994, p. 79).

Eram adotadas várias medidas cruéis de correção contra os fugitivos, a sentença incluía desde o açoitamento, marca com ferro em brasa com a letra “F”, que significava fugitivo, prisão, corte de orelha ou até mesmo era paga com a vida. Para combater as fugas dos escravos e a formação dos quilombos em Goiás, foi instituída a profissão de caçador de escravos – o capitão-do-mato, característica da colônia, com prática em várias regiões. O capitão-do-mato:

[...] recebia um ordenado (um vintém de ouro por dia, ordinariamente) e um tanto por escravo recuperado e entregue a seu senhor. Pelo sistema comunal da administração portuguesa, eram os proprietários de escravos os que deviam arcar com as despesas da luta contra os quilombos, cotizando-se segundo o número de seus escravos. Os moradores de Arraias, por exemplo, pagaram em 1749 quatro vinténs por escravo, segundo o costume, para combater o quilombo (PALLACÍN, 1994, p. 80)

O quilombo Kalunga surgiu em decorrência da extração do ouro em Cavalcante, como também das minas existentes em Morro do Chapéu, hoje Monte Alegre de Goiás, e Arraias, hoje no Tocantins. Esses três municípios são próximos e, na época da mineração, eram considerados rota do ouro no nordeste Goiano. O local escolhido para refúgio foi pelo fato ser de difícil acesso, cheio de serras e morros. Esse lugar se tornou sagrado para sobreviver e cultuar as origens, as danças e as artes do povo africano.

1.3 FORMAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO KALUNGA

Segundo Baiochi (2001), a palavra Kalunga tem um significado que envolve o sentimento de território, sendo considerado um lugar sagrado e ainda uma planta que nunca seca, a *Simaba Ferrugínea*, que representa o poder e a ancestralidade, valorizando a memória dos antepassados africanos, que primeiro se enraizaram naquelas terras, transformando o espaço geográfico, fortalecendo sua identidade.

A formação do quilombo Kalunga surgiu em decorrência da extração do ouro em Cavalcante, como também das minas existentes em Morro do Chapéu, hoje Monte Alegre de Goiás, e Arraias, hoje no Tocantins. Esses três municípios são próximos, e na época da mineração eram considerados rota do ouro no nordeste Goiano.

Os escravos cansados da submissão e dos castigos violentos sofridos, principalmente nas minas de ouro, fugiram em busca de liberdade, refugiando-se entre serras e montanhas. O local de difícil acesso por eles foi denominado Kalunga.

A região Kalunga é difícil acesso, pois é cercada por serras e rios, terrenos acidentados e animais selvagens, dificultava o acesso dos capitães do mato e

protegia os escravos fugitivos dos trabalhos forçados e cruéis de seus donos. Além disso, a localização próxima aos rios favorecia a possibilidade de fuga pelo seu leito.

O rio Paranã corta os três municípios, sendo que de um lado ficam Cavalcante e Teresina e do outro o município de Monte Alegre de Goiás. Esse rio é de suma importância para os povos Kalunga, pois retiram dele peixe para alimento e encurtam distâncias entre as comunidades por meio de canoas e fazem plantações em suas margens. Foi também o rio Paranã que os defendeu do branco e os separava dos castigos e da morte.

A formação do quilombo naquela área tão inóspita, onde existiam onças, jacarés, cobras e outros animais ferozes, nos meados do Século XVIII, ali os escravos sentiam seguros. A segurança contra os escravistas era a própria topografia do terreno. Contra os ataques dos animais ferozes, eram as perícias de quilombolas preparados para a caça (SOARES, 1995, p. 89)

O reconhecimento do território Kalunga como o Sítio Histórico e patrimônio Cultural (lei Estadual nº 11.409, de 21 de janeiro de 1991 – Goiás) é fruto de muita luta dos moradores e da antropóloga Mari de Nazaré Baiocchi, cuja pesquisadora foi a pioneira no levantamento da história da comunidade, com a execução do Projeto Kalunga – Povo da Terra (1981- 1996). É a partir dos resultados de estudos e pesquisas realizados por ela, e registrados no livro *Kalunga – Povo da terra* (1999).

O Sítio Histórico Kalunga (SHK), assim como áreas de quilombos existentes no Brasil, é representante de uma das maiores expressões de luta, especialmente pela terra, organizada no país, que resiste ao sistema colonial escravista, além de atuar sobre questões estruturais, nos diversos períodos histórico-culturais brasileiros, orientada e liderada por africanos escravizados e seus descendentes nascidos no Brasil.

Esse reconhecimento foi considerado como a forma mais rápida e viável para garantir a posse das terras aos moradores dos núcleos e agrupamento Kalunga, tendo em vista as invasões que amedrontavam aqueles povos.

O Sítio Histórico Kalunga está situado na região nordeste do Estado de Goiás, na microrregião da Chapada dos Veadeiros, nos chamados vãos das

localidades quilombolas. Esse território situa-se nos municípios de Monte Alegre de Goiás, Teresina de Goiás e Cavalcante do Estado de Goiás, como mostra o mapa em anexo.

O território de aproximadamente 253.000 hectares, às margens do rio Paranã, mais ou menos a 560 km de Goiânia-GO e 350 km de Brasília-DF, entre serras, vãos e montanhas, foi reconhecido em 1991, pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, por meio da Lei Estadual nº 11.409 desse mesmo ano (PARÉ, OLIVEIRA E VELOSO, 2007).

É importante salientar que a antropóloga Mari de Nazaré Baiocchi contribuiu bastante para o desenvolvimento de todo o território ajudando o povo a superar alguns preconceitos, incentivando na preservação de sua memória, fortalecendo a identidade desse povo e também lutou por vários benefícios (Educação, tentativa de legalização das terras e outros) para as Comunidades quilombolas do sítio histórico Kalunga.

1.4 BREVE HISTÓRICO DA COMUNIDADE KALUNGA PRATA

A Comunidade Prata teve início há mais de duzentos anos, quando o interior de Goiás foi ocupado pelos colonizadores portugueses com intensa exploração do trabalho escravo. Com a decadência das minas nessa região, os antigos escravos fugiam à procura de lugares de difícil acesso, dando origem a várias comunidades quilombolas.

Os moradores dessas comunidades viveram isolados por muitos anos, onde ficaram ilhados e cercados por diversas serras. E ali, se organizaram coletivamente para realizar a produção agrícola de subsistência, festas e outros costumes.

A Comunidade Prata é remanescente de quilombo, ocupa uma parte do Vão do Moleque e se localiza aproximadamente 90 km da cidade de Cavalcante. Recebeu esse nome por causa do rio principal da Comunidade que é chamado Prata. O mesmo deságua no rio Paranã e foi batizado com esse nome porque diziam que ele era reluzente como o minério prata.

É importante ressaltar que o rio Prata é de suma importância para a Comunidade Prata, pois a maioria dos moradores tem como única fonte de água para beber, tomar banho, molhar plantas e também retira o peixe para complementar o seu cardápio.

A vegetação predominante na comunidade é o Cerrado. Há uma grande variedade de espécies vegetais e animais, o clima é seco e semiárido e as chuvas ocorrem com frequência nos períodos de novembro a março.

Essa comunidade é composta aproximadamente por 120 famílias, tem como fonte de renda benefícios do Governo Federal, como Bolsa Família e aposentadoria. A maioria vive da agricultura familiar orgânica, criam gado e galinhas. No período do plantio, algumas famílias migram temporariamente para lugares de terra fértil e têm que ficar por lá até a colheita, pois os animais nativos do local podem acabar com o plantio todo.

O modo de produção adotado na Comunidade Prata ainda é de subsistência, voltado à preservação do meio ambiente e à produção de alimentos orgânicos. Praticam a agricultura familiar. A roça é ainda de toco, ou seja, não se usa arar a terra, mas sim derrubar o mato com a foice e cortar os paus com o machado e depois disso é realizada a queimada.

Os alimentos produzidos são: arroz, milho, quiabo, abóbora, jiló e mandioca, sendo essa última a única parte da produção que excede da alimentação familiar, consequentemente a única forma de complementar a renda por meio da venda dos seus derivados, como a farinha, por exemplo.

A Comunidade Prata é muito carente, pois ainda falta o saneamento básico como transporte, estrada, educação, posto de saúde, moradia, dentre outros. Apesar de todo sofrimento, trouxeram consigo diversos saberes e fazeres de seus ancestrais.

A Comunidade Prata tem seu jeito próprio de construir sua identidade, trazendo uma cultura ancestral, no qual respeitam e valorizam o conhecimento repassado de geração a geração, pode ser considerada como uma comunidade tradicional.

1.5 COMUNIDADES TRADICIONAIS

: O decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007, refere-se ao termo populações tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (BRASIL, 2007).

Segundo Diegues (2001):

Não existe uma definição precisa para comunidades tradicionais. O Brasil apresenta grande variedade de modos de vida e culturas diferenciadas que podem ser considerados “tradicionais”. De modo geral, as populações tradicionais podem ser divididas entre populações indígenas e não indígenas. Entre as populações não indígenas estão quilombolas, extrativistas, pescadores, camponeses/agricultores familiares, entre outros. Esses grupos são frutos da intensa miscigenação entre o branco colonizador, a população indígena nativa e o escravo negro. (DIEGUES, 2001, p.35).

Segundo Saraiva (2012), ser tradicional pode ser visto como uma condição que tornou possível a valorização de saberes; historicamente excluídos e desqualificados, fortalecendo a identidade e a cultura. Comunidades tradicionais são aquelas que trazem consigo culturas, saberes e fazeres de muitos anos atrás, que se aprendem na convivência uns com os outros e com o meio. [...] A tradicionalidade remete ao modo de viver diferenciado, onde as pessoas se identificam entre si e compartilham seus costumes; o cuidado com a saúde; crenças e memória coletiva vinculada ao território onde vivem (SILVA, 2013, p. 19)

A definição de Diegues (2001) identifica as comunidades tradicionais mostrando os diferentes povos tradicionais e dentre eles destacam-se os Quilombolas.

A Comunidade quilombola Prata Vão do Moleque apresenta formas tradicionais nas práticas agrícolas orgânicas que transparece através do trabalho coletivo e solidário no qual são realizados manejos sustentáveis e a prática econômica voltada para a subsistência do grupo familiar. A seguir serão apresentados os meios de produção da agricultura familiar orgânica dessa comunidade.

CAPITULO 2

DIVERSIDADE CULTURAL: MEIOS DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA ORGÂNICA DA COMUNIDADE KALUNGA PRATA

Neste capítulo serão enfatizados os modos e as técnicas de produção agrícola adotados na comunidade Prata Vão do Moleque. A comunidade remanescente quilombola é repleta de saberes que são passados de geração a geração. Sobrevivem da agricultura de subsistência, onde conta com a participação da família, e é praticada de forma sustentável.

Os assuntos aqui tratados terão como suporte os estudos realizados em Altafin (2007), Altieri (2001), Assis (1993), Baiocchi (1999) Brasil (2006 e 2011), Cordeiro, Petersen e Almeida (1996), FETRAF (2012), Fonseca (2000), Gliesmann (2009), (Meirelles e Rupp, 2014), Monte Alto(2012), Penteado (2010), Sauer(2008) e Wanderley (2000).

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

As formas de produção da agricultura familiar tem em suas raízes a contribuição cultural das populações tradicionais. As populações indígenas os desenvolveram sistemas de manejo que integram a agricultura aos diversos ambientes e recursos da região amazônica.

A agricultura familiar emerge, portanto, do modelo camponês que possui como algumas características básicas de seu conceito clássico: acesso a terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; trabalho predominantemente familiar, o que não exclui o uso de força de trabalho externa, de forma adicional; auto subsistência combinada a uma vinculação ao mercado, eventual ou permanente; certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que e quando plantar, como dispor dos excedentes, entre outros(ALFATIN, 2007,p.35).

O artigo 3º da Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, considera

[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Wanderley (2000) afirma que a agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova. Na realidade, a expressão seria um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares e ao campesinato corresponde uma destas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade.

Segundo Sauer (2008), a adoção do termo agricultura familiar visava, principalmente, romper com noções relacionadas a certos setores rurais como a pequena produção (ou mesmo com a noção de produção camponesa), especialmente porque carregava pré-noções de ineficiência, baixa produtividade e não inserção no mercado (produção apenas para o autoconsumo ou de subsistência). Mas, foi à própria lógica do mercado, resultante dos processos econômicos e financeiros, que impôs ao agricultor familiar a adoção de práticas e de tecnologia que muitas vezes eles não dominam, gerando a expropriação econômica. Logo, o objetivo foi construir uma representação para os agricultores familiares que os distanciasse da visão de atraso, ineficiência e aversão ao mercado.

Portanto, essa nova nomenclatura de agricultura familiar criada com tais objetivos, não é apropriada para definir o modo de produção vivido pelas famílias na Comunidade Prata do Vão do Moleque.

2.2 AGRICULTURA ORGÂNICA E SUA IMPORTÂNCIA PARA O MEIO AMBIENTE

Segundo Fonseca (2000), o termo agricultura alternativa foi adotada aproximadamente por volta dos anos 70 e 80, já que não significava modelo ou

conjunto de técnicas, mas sim o conjunto de movimentos alternativos em torno de formas não industriais de agricultura.

Esses movimentos remontam ao aparecimento da agricultura industrial, no início do século XX, época em que se introduziam na Europa Ocidental e na América do Norte as práticas para a disseminação da Revolução Verde. E isso gerou certa polêmica.

Fonseca (2000) afirma que essa polêmica chegou aos tribunais europeus (Alemanha). Aparentemente, os “orgânicos” conseguiram garantir a denominação agricultura orgânica como exclusividade do modelo de agricultura não industrial, reconhecido e registrado em normas internacionais e regulamentos técnicos nacionais. Durante a polêmica, alguns dos defensores da agricultura não industrial propunham a adoção do nome agricultura ecológica para se escapar dos problemas levantados pela indústria de insumos.

O termo institucionalizado nos regulamentos técnicos brasileiros foi o “orgânico”, que pode ser complementado pelos termos ecológico, biodinâmico, natural, biológico, agroecológico e do extrativismo sustentável orgânico.

De acordo com o art. 1 § 2º da Lei 10.831/2003 a agricultura orgânica compreende todos os sistemas agrícolas que promovam a produção sustentável de alimentos, fibras e outros produtos não alimentos (cosméticos, óleos essenciais etc.) de modo ambiental, social economicamente responsável. Tem por objetivo maior aperfeiçoar a qualidade em todos os aspectos da agricultura, do ambiente e da sua interação com a humanidade pelo respeito à capacidade natural das plantas, animais e ambientes.

Afirma Assis (1993) que o desenvolvimento da agricultura orgânica no Brasil ocorreu baseado na experimentação, tentativa e erro dos produtores não rurais (indivíduos de áreas urbanas), que buscavam novas técnicas produção de alimentos que garantissem um novo estilo de vida, tanto em relação à saúde humana, quanto em relação à qualidade e saúde do meio-ambiente utilizado nos sistemas de produção agrícola. Estava assim, configurado um cenário que tinha de um lado um movimento em evolução e com cada vez mais adesões, tanto do setor de produção, quanto das principais camadas de consumo.

Segundo Assis (1993) os principais incentivadores desta mudança de cenário foram as associações de produção, as cooperativas de consumo, e algumas organizações não governamentais, que configuraram-se a partir da década de 1980, nos verdadeiros órgãos de fomento da agricultura orgânica no país. Estas organizações serviram de apoio para os poucos agricultores que se propunham a arriscar uma adesão em um sistema de produção um tanto desconhecido, e de difícil controle biológico e com poucas oportunidades de negócio.

A agricultura familiar é alicerçada em princípios que estabelecem uma relação harmoniosa do ser humano com o meio ambiente, para que ele possa retirar o sustento da terra sem que para isso, tenha que acabar com os recursos naturais.

A sustentabilidade que essa forma de produzir promove é o que irá garantir a continuidade das próximas gerações. Incentivar e fortalecer a agricultura familiar trará o desenvolvimento construído na base da responsabilidade social, ambiental e econômica.

Segundo dados da FETRAF (2012), a agricultura familiar é responsável por 70% da produção de alimentos do país, e busca empregar cada vez mais práticas agroecológicas de produção, como a criação de quintais agroflorestais, produtos orgânicos, etc.

Neste sentido, é fundamental o resgate de técnicas de cultivo que associem a preservação ambiental com a atividade produtiva. Há técnicas agrícolas que não agridem tanto o meio ambiente, um exemplo é o sistema orgânico.

O sistema orgânico é uma metodologia de produção agrícola que dispensa o uso de insumos químicos e se caracteriza por um processo que leva em conta a relação solo/planta/ambiente com o intuito de preservar o meio ambiente, a saúde dos homens e dos animais (MEIRELLES & RUPP, 2014).

Para Penteado (2010), o planejamento do uso da terra é fundamental na agricultura orgânica, porque o solo não é somente considerado um meio para a sustentação da planta e fornecedora de nutrientes, mas como abrigo de uma rica fauna e flora.

Segundo Gliessmann (2009) o processo produtivo deve ser planejado com o objetivo de causar o menor impacto possível no ecossistema local. O sistema de produção orgânica se baseia em normas de produção específicas, cuja finalidade é estabelecer estruturas que sejam sustentáveis, do ponto de vista social, ecológico, e econômico.

Conforme o Ministério da Agricultura e Abastecimento, o sistema de produção orgânica é:

Todo aquele em que se adotam tecnologias que aperfeiçoem o uso de recursos naturais e socioeconômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a auto sustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados - OGM/transgênicos ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo, e entre os mesmos, privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em todos os estágios da produção e da transformação (BRASIL, 2011).

Para Cordeiro, Petersen e Almeida (1996), a dimensão essencial, estratégica da sustentabilidade está na criação de uma cultura ecológica que penetre, motive e mobilize as instituições encarregadas da elaboração da implantação das políticas públicas, que seja igualmente incorporada pelas organizações da sociedade civil e por outros agentes socioeconômicos e políticos, direta ou indiretamente relacionados com a agricultura.

2.3 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA ORGÂNICA PARA A COMUNIDADE PRATA DO VÃO DO MOLEQUE

Para a Comunidade Prata Vão do Moleque, a terra é sinônimo de sobrevivência, e sem ela está colocada em risco qualquer possibilidade de desenvolvimento, pois é meio por dela que provém o alimento fonte de sua subsistência.

A agricultura familiar tradicional e orgânica é atividade desenvolvida na Comunidade Prata desde muitos anos atrás. Assim afirmam alguns entrevistados:

Meus avôs diziam que a agricultura sempre fez parte do dia a dia de todos os moradores e tinha participação de todos os membros da família, desde as crianças até os adultos. (Entrevista 01)

Desde criança eu ajudava meus pais na roça. Era da roça que meus pais sustentavam a casa, onde era plantado arroz, feijão, milho, abóbora, mandioca, batata doce e outros alimentos. Nunca usamos nenhum produto que prejudica ao meio ambiente. (Entrevista 02)

A agricultura familiar é de suma importância para a Comunidade Prata, pois é por meio dela que é retirado todo o sustento daqueles povos. E isso pode ser confirmado por meio de falas de alguns moradores entrevistados:

Nasci e cresci aqui na comunidade, e desde criança fui sustentado pela agricultura junto com minha família. Tudo que tenho hoje é graças a ela. (Entrevista 01)

Dou graças a Deus por tudo que aprendi com meus pais, pois eles me ensinaram a lidar com a terra. Hoje, através da agricultura retiro o sustento da minha família. (Entrevista 02)

A Comunidade Prata Vão do Moleque cultiva a agricultura não só em roças, mas também nos quintais de suas casas. E ali são plantadas ervas medicinais (erva cidreira, capim de cheiro, arruda, mastruz, boldo, hortelã etc.). São cultivados diversos frutos como banana, mamão, manga, goiaba, etc. Além disso, são cultivados mandioca, cana de açúcar, batata doce, jiló, mandioca, quiabo, maxixe, abóbora e hortaliças (couve, coentro, cebolinha e couve). É importante salientar que tudo que é cultivado é somente para o consumo.

Figura 1: Plantação em quintal



Fonte: Fernando Marques (2017)

Os quilombolas do Prata plantam nas roças milho, arroz, feijão, mandioca, abóbora e batata doce. A maior parte desses produtos é para o consumo, somente o excedente é vendido, que é o caso da farinha de mandioca. O excedente da farinha produzida na comunidade é vendido na cidade vizinha para comprar materiais escolares, utensílios domésticos e também ferramentas para trabalhar na roça como: foice, enxada, machado, cavador e facão.

Figura 2: Roça de arroz



Fonte Fernando Marques (2017)

Figura 3: Roça de mandioca e milho



Fonte Fernando Marques (2017)

Figura 4: Roça de feijão e milho



Fonte Fernando Marques (2017)

Segundo relatos dos moradores, a Comunidade Prata passou por muitas dificuldades, inclusive fome. Afirmam que foi a agricultura que salvaram da fome. É importante ressaltar que os mesmos viveram por muitos anos isolados em lugares inóspitos, passaram muitas necessidades como afirma uma entrevistada “A roça sempre foi uma mãe pra nós. A agricultura foi, e ainda é muito importante pra nós, pois ela salvou muita gente da fome.”

E assim, ficou evidente que a agricultura familiar é de suma importância para a Comunidade Prata vão do Moleque, onde a mesma faz parte do seu cotidiano há vários anos. É importante salientar que os moradores utilizam as técnicas aprendidas com seus antepassados e assim contribuem com a sustentabilidade do meio ambiente.

2.4 MODOS TRADICIONAIS DE PREPARAR O SOLO PARA O CULTIVO NA COMUNIDADE PRATA

De acordo com Baiocchi (1999), por mais de três séculos, os quilombolas foram construindo suas identidades. É através da identidade que se criam e recriam as suas culturas e modos de vida, e a sobrevivência do próprio quilombo. A identidade está presente em tudo àquilo que faz parte do patrimônio cultural, os costumes e as tradições.

Nas comunidades remanescentes de quilombos valorizam os saberes culturais. Esses, que também são fazeres, baseiam-se na convivência entre gerações, que adquiriram a partir dos conhecimentos dos ancestrais (MONTE ALTO, 2012).

A Comunidade Prata é repleta de saberes e fazeres que foram repassados de geração para geração. Inclusive o modo tradicional de preparar e cultivar a terra são conservados até hoje pelos moradores, como afirma um morador:

Desde menino trabalhei na roça juntamente com meus pais. Tudo que sei aprendi com eles e até hoje coloco em prático todos os saberes que aprendi. Ensinei tudo para os meus filhos, inclusive ensinei a respeitar e conservar o meio ambiente. (Entrevistado 01)

Os agricultores da Comunidade Prata sempre utilizaram técnicas tradicionais para fazer suas roças, o trabalho é manual e os principais instrumentos utilizados são: A enxada, enxadão, facão e a foice, como a mostra a figura 5 e a plantadeira, o machado e o cutelo (equipamento utilizado para cortar os pés do arroz maduro) como ilustra a figura 6:

Figura 5: Ferramentas utilizadas na produção agrícola: enxada, enxadão, facão, foice e cavador



Fonte: Fernando Marques (2017).

Figura 6: Ferramentas utilizadas na produção agrícola: plantadeira, machado e cutelos



Fonte: Fernando Marques (2017).

Na Comunidade Prata, as roças não possuem um tamanho padrão, pois varia de acordo com o número de pessoas na família. Geralmente, são cultivadas mais de uma roça. Isso para facilitar o cuidado e garantir a colheita em épocas diferentes, e assim manter o sustento da família.

Baiocchi (1999) afirma que as roças medem em geral de 2000 a 4.000 metros quadrado, dependendo do número de pessoas envolvida nas na produção e no consumo. As roças são cultivadas por toda a família, onde as tarefas são divididas entre homens, mulheres e crianças. Os homens derrubam a mata, destocam a roça e fazem o plantio. Já as mulheres e crianças ajudam na coivara e na vigia das roças para os bichos não comer as plantas.

As técnicas de preparação do solo e as técnicas de cultivo agrícolas são rudimentares, pois a Comunidade Prata adota os saberes adquiridos com seus

antepassados, inclusive o respeito com o meio ambiente, pois sempre buscam utilizar técnicas orgânicas nas produções agrícolas.

O preparo do terreno é realizado por várias etapas e acontecem entre o mês de agosto e setembro. Primeiro é feita a derrubada das árvores maiores, que é realizada com o uso do machado; a roçada da vegetação menor é feita com o uso de uma foice, depois do mato ter secado é realizada a queimada e a coivara.

É importante ressaltar que antes de realizar a queimada são realizados alguns procedimentos, a retirada algumas madeiras que serão utilizadas para cercar a roça e também para fazer “lenhas”, madeira usadas em fogões de lenhas e fornos para assar bolos. O outro procedimento é bem cauteloso e útil, que é a realização de “aceiros”, onde é realizada a limpeza em volta da área que será queimada, obedecendo a distância de um metro. O aceiro tem como objetivo evitar que o fogo se alastre para outras áreas indesejadas, e assim, proteger as matas vizinhas e os animais que ali habitam.

A coivara é outro procedimento realizado depois da queimada, pois ficam vários restos de madeiras sem queimar, que são chamados de “garranchos”. Os mesmos são amontoados dentro das roças e queimados novamente, evitando sujeiras no meio das plantações futuras, pois isso dificultaria a retirada dos matos no momento da capina. Veja a ilustração abaixo onde mostra a roça após a derrubada e a queimada, faltando apenas fazer as coivaras:

Figura 7: Roça derrubada e queimada



Fonte Fernando Marques(2017)

É importante ressaltar que assim que o terreno é limpo é cercado na maioria das vezes com cerca de madeira que foram derrubadas para fazer a roça. O uso de cercas de madeira é devido ao alto preço dos arames e também para aproveitar as madeiras.

Os moradores da Comunidade Prata Vão do Moleque não utiliza herbicidas para limpar o terreno para realizar o plantio, pois eles retiram todo o mato com o uso de uma enxada, como mostra a fotografia abaixo:

Figura 8: Um trabalhador capinando a roça



Fernando Marques (2017)

A roça ficará pronta para ser plantada depois que o mato foi retirado com uma enxada. Vale frisar que tudo que for roçado capinado são deixados no terreno para contribuir com a melhoria do solo, já que não utilizam fertilizantes químicos.

Os agricultores familiares da Comunidade Prata nunca utilizaram fertilizantes químicos, os mesmos são substituídos pelo adubo orgânico como o esterco de gado e o de galinha. As fezes são amontoadas em um terreno aberto para que a chuva molhe e retire toda a substância tóxica para as plantas. Em seguida são colocadas nos pés das plantações.

A Comunidade Prata do Vão do Moleque também produz pequenas hortas orgânicas nos quintais e nas margens dos rios, somente para o consumo e são adubadas com esterco de gado e o de galinha. São cultivados cebola, alho, coentro, alface, couve, abobrinhas, jiló e quiabo.

2.5 MODO TRADICIONAL ORGÂNICO DE COMBATER AS PRAGAS NAS ROÇAS DA COMUNIDADE PRATA VÃO DO MOLEQUE

Os moradores da Comunidade Prata do vão do Moleque não utilizam pesticidas químicos para combater as pragas das plantações, os mesmos são substituídos por produtos naturais, como afirmam os entrevistados:

Aqui na Comunidade Prata usamos o sumo do fumo com casca de timbó para matar insetos que atacam as folhas das plantas como os pulgões, lagartas e moscas. Já para combater os cupins é utilizada a cinza do troco da mamoinha nos pés das plantas (Entrevista 01)

Apreendi com meus pais a combater as lagartas, pulgões e moscas com o sumo do fumo com a casca do tronco do timbó. Outro produto que eu uso para combater os insetos é o chá da folha do angico. Já para combater o cupim na raiz das plantas eu utilizo a cinza do troco da mamoinha.(Entrevista 02)

O pesticida usado para combater os cupins e insetos que atacam as raízes das plantas é utilizado uma porção de cinza de uma planta chamada mamoinha como mostra a imagem abaixo:

Figura 9: Cinza de mamoinha



Fonte: Fernando Marques (2017)

Outras técnicas utilizadas pelos agricultores da Comunidade Prata no controle de pragas que atacam as folhas e caules das plantas (lagarta, pulgões, mosca branca e outros) são alguns métodos alternativos de conhecimento popular: Solução feita a partir da “urina da vaca” com folhas de fumo e água; O sumo da folha do fumo com a casca do tronco do timbó e o chá das folhas do angico. Todas as receitas mencionadas são utilizadas para pulverizar as plantas contaminadas.

Sabe-se que os pesticidas causam sérios riscos ao meio ambiente e a saúde do ser humano. As aplicações de pesticidas em lavouras podem contaminar lençóis freáticos e rios, levando à morte de seres que vivem nesses locais, portanto o saber tradicional adotado na da Comunidade Prata é de suma importância e deve ser conservado.

2.6 MODOS TRADICIONAIS DE PLANTIO E COLHEITA DA AGRICULTURA DA COMUNIDADE PRATA VÃO DO MOLEQUE

O plantio é realizado entre outubro a janeiro, isso varia de acordo com a chuva. Para muitos, não é aconselhável plantar no mês de dezembro, pois é sujeito a dar pragas como lagartas e outros insetos que danificam a plantação e alteram a qualidade de alguns produtos. Nos grãos, por exemplos eles dizem que dão carunchos.

Os agricultores da Comunidade Prata fazem o plantio consorciado de cultura e as vantagens desta prática é o aproveitamento dos espaços e dos recursos, conforme Altieri (2001):

A associação de plantas com diferentes hábitos de crescimento, grau de sombreamento e estruturas radiculares, permite um melhor uso dos recursos ambientais, tais como nutrientes, água e radiação solar. A combinação de cultivos permite utilizar ao máximo os recursos ambientais. (Altieri, 2001, p. 181).

A rotação de culturas usados na Comunidade Prata é realizada com arroz, feijão milho, mandioca, abóbora jiló e quiabo, no entanto, mesmo com essa prática é comum a utilização de sementes ou mudas de variedades diferentes, para minimização dos riscos de se perder a lavoura por completo. Exemplos disso são os

diversos tipos de mandiocas, milho, feijão que apresentam ciclos de desenvolvimento diferentes e são plantados no mesmo ambiente.

É importante ressaltar que todo o plantio é feito manualmente, inclusive o plantio do milho, do arroz e do feijão que é feito com uma enxada ou com um equipamento chamado plantadeira, como mostra a imagem:

Figura 10: Homem plantando a roça com uma plantadeira



Fernando Marques(2017)

O pousio é realizado pela minoria dos agricultores da Comunidade Prata, devido às limitações de área de suas propriedades. Quando ele é feito, deixa-se a terra descansar por um ou dois anos e, neste intervalo, aproveita-se o local para o pastejo de animais (gado e cavalo).

É importante salientar que todo produto agrícola colhido é guardado uma parte para fazer o plantio, onde as sementes são secadas e armazenadas com

maior cuidado em um local adequado longe de qualquer umidade ou raios de sol, pois isso pode comprometer a germinação das mesmas. Veja na ilustração abaixo as sementes de arroz sendo secadas em um couro de boi:

Figura 11: Arroz sendo secado em um couro de boi



Fonte: Fernando Marques (2017)

O armazenamento e a estocagem da produção são realizados de forma rústica, porém eficientes para manter a qualidade dos produtos. As sementes do arroz e do feijão são armazenadas em sacos de polipropileno. O uso de garrafas PET's é utilizado também pra armazenar a semente do feijão que foi selecionada para o plantio, ficando livres dos ataques de pragas e insetos. Todos os são guardados em uma “despensa”, que é um pequeno quarto com pouca iluminação, destinado exclusivamente à conservação e armazenamento dos alimentos.

É importante frisar que o alimento produzido que tem pouca durabilidade (jiló, quiabo, abóbora, milho verde) é consumido rapidamente ou transformado para ampliar sua durabilidade, como é o caso da mandioca, que é feito a farinha e polvilho, e o milho que é consumido durante a sua fase de maturação.

O milho só é colhido quando estiver totalmente seco, sendo uma parte destinada para a alimentação humana, que é processada em forma de fubá ou milho de canjica, e a outra é destinada para a alimentação animal (galinha e porco) que fica armazenada no paiol, local suspenso do chão, coberto com telha ou palha feito de madeira.

CAPITULO 3

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: ESCOLA DO CAMPO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA COMUNIDADE PRATA VÃO DO MOLEQUE

Nesse capítulo aborda o histórico da Educação do Campo no Brasil; a educação na comunidade Prata Vão do Moleque; A importância da inserção dos saberes tradicionais no currículo da escola local e as contribuições do curso Licenciatura em Educação do Campo para com a educação da comunidade remanescente de quilombo Prata Vão do Moleque.

Esse capítulo foi fundamentado com os autores Arroyo (2004 e 2005), Brasil (2010 e 1996), Caldart (2002,2004 e 2012), Dias (2016), Fernandes (2008), Kolling(1999), Molina e Sá (2012) e Rosa (2013).

3.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO

Caldart (2012) afirma que:

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (Caldart 2012, p. 259).

É cabível afirmar que a Educação do Campo é resultado de muita luta, surgiu a partir da mobilização dos movimentos sociais que sempre procura materializar os direitos sociais dos sujeitos do campo através de Políticas Públicas.

De acordo Molina e Sá (2012), nos últimos treze anos, os movimentos sociais e sindicais rurais promoveu um processo nacional de luta pela garantia de seus direitos, articulando as exigências do direito à terra com as lutas pelo direito à educação.

Afirma Arroyo (2005) que os Movimentos Sociais são vistos como movimentos educativos, pois buscam conquistar ou garantir direitos e, sobretudo, a formação da consciência social desses direitos.

Ainda segundo Arroyo (2004), as lutas pela Educação do Campo trazem as marcas históricas da diversidade de sujeitos coletivos, de movimentos sociais que se empenham na construção de outra educação, para outro projeto de campo e de sociedade. Para o autor o reconhecimento desta diversidade enriquece o projeto da Educação do Campo.

É importante salientar que no Brasil essas lutas deu origem ao Movimento de Educação do Campo. Esse movimento vem cada vez mais crescendo e desenvolvendo por meio da prática de diferentes sujeitos coletivos, vai impondo novas questões em espaços escolares nos quais se desenvolve, mas também nas instituições que formam os educadores que lá atuarão.

Os movimentos sociais e sindicais do campo no Brasil conquistaram programas de educação para os camponeses, entre os quais se destacam: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o Programa Saberes da Terra e o Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAMPO).

Nesse sentido é importante salientar o curso Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), oferecido em várias universidades, que se realiza em alternância, subdividido em tempo escola e tempo universidade, e tem como objetivo formar professores, educadores para atuarem na escola do campo. Esse curso é resultado de muita luta dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que tinham como objetivo firmar lutas por políticas públicas que era garantir aos trabalhadores do campo uma educação eficaz.

Segundo Caldart (2012) a Educação do Campo foi criada sob exigências, pois para eles não era possível tratar da política educacional deslocada da questão do trabalho, da cultura, do embate de projetos de campo, de modelo e lógicas de agricultura, que tem implicações sobre o projeto de país, de sociedade e sobre concepções de política pública, de Educação, e de formação humana.

Aos poucos a Educação do Campo vem avançando e conquistando espaço institucional nos órgãos educacionais nos âmbitos federal, estadual e municipal. Já existe toda uma legislação específica para a Educação do Campo, o que foi fruto dos esforços das bases e seus militantes. Destaca-se como principal conquista o decreto 7.352/2010 que lança a Educação do Campo como uma condição de política de Estado, que reconhece as especificidades dos sujeitos.

Caldart (2012) afirma que a escola deve ser espaço em que sejam incorporados os saberes da terra, do trabalho e da agricultura camponesa e que as especificidades de se viver a infância, a adolescência, a juventude e a vida adulta no campo sejam incorporadas nos currículos e propostas educativas e que os saberes, concepções de história, de sociedade, de libertação aprendida nos movimentos sociais façam parte do conhecimento escolar.

A lei de Diretrizes e Base da Educação Nº 9.394/96 em seu artigo 28 estabelece as seguintes normas para a educação do campo:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Ao reconhecer a especificidade do campo, em relação à diversidade sociocultural, o artigo 28 traz uma inovação no sentido de acolher as diferenças sem transformá-las em desigualdades, o que implica que os sistemas de ensino deverão fazer adaptações na sua forma de organização, funcionamento e atendimento para se adequar ao que é peculiar à realidade do campo, sem perder de vista a dimensão universal do conhecimento e da educação.

A educação deve ser compreendida para além da escola, e que seja um direito dos povos do campo. Como afirma Caldart(2002):

...É preciso incluir o debate da educação do campo no debate geral sobre educação... Este olhar para a educação do campo como um direito tem

outro desdobramento importante: pensar uma política de educação que se preocupe também como jeito de educar quem é sujeito deste direito, de modo a construir uma educação de qualidade. (CALDART, 2002 p.19).

A Educação do Campo se faz vinculada às lutas sociais do campo, na busca por acesso e permanência digna no espaço rural. Nesse sentido, uma educação do espaço rural não deve desconsiderar seu contexto político e cultural.

Segundo Caldart (2004), a Educação do Campo só pode ocorrer junto com a transformação das circunstâncias sociais desumanizadoras e a partir da assunção dos povos do campo como sujeitos destas transformações. Concebe, assim, uma educação como obra *dos* sujeitos do campo, e não *para* o campo; uma educação que pertence a eles e que ao mesmo tempo busca fazer com que eles se articulem, se envolvam, participam e assumam sua condição de direção de seu próprio destino.

Caldart (2004) afirma que a expressão “do campo” na Educação do Campo se relaciona às identidades e aos processos históricos vividos pelos grupos sociais no espaço rural. Os sujeitos da Educação do Campo são aqueles que vivem e resistem no espaço rural, camponeses que lutam pela reforma agrária e por melhores condições de trabalho e vida, agricultores que resistem a um modelo de agricultura excludente, quilombolas e indígenas em busca da afirmação de seus direitos e identidades, ribeirinhos, vazanteiros, sem-terra, atingidos por barragens; povos do campo, das águas e das florestas.

A expressão “do campo”, segundo Fernandes (2008), coloca também em evidência a existência de um território camponês que se contrapõe ao território do capital. Ainda segundo este autor, a espacialização do capital e do campesinato que ocorrem de formas diferentes, produzem relações sociais diferentes e se guiam por modelos de desenvolvimento divergentes. Estes modelos geram e intensificam conflitos na disputa pelo sentido, a *escola no campo* representa um modelo pedagógico ligado à tradição ruralista de dominação, enquanto a *escola do campo* tem uma proposta de construção pedagógica a partir de referências dos seus sujeitos, os povos do “campo”, referências externas.

3.2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA COMUNIDADE PRATA VÃO DO MOLEQUE

A Comunidade Prata possui apenas uma escola, cujo nome é Nossa Senhora Aparecida. O ensino acontece de forma multisseriada para as turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental que é de total responsabilidade do município. Já o ensino para alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental é responsabilidade do Estado em parceria com o município. Veja a imagem da escola:

Figura 12: Escola Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Dias (2016)

É importante ressaltar que na Comunidade Prata era oferecida somente a primeira fase do Ensino Fundamental. A partir de 2013, através de muita luta das famílias; e professores (as) foi implantada a segunda fase do Ensino Fundamental.

O grupo gestor da escola Nossa Senhora Aparecida não fica lotado na Comunidade Prata, sendo que a direção das turmas do 1º ao 5º ano se encontra na cidade de Cavalcante, já o grupo gestor do 6º ao 9º fica lotado em Campos Belos.

A primeira fase do Ensino fundamental conta com três professores, sendo uma com nível superior, uma com magistério e a outra com ensino médio. Já as turmas da segunda fase são atendidas por quatro professores, sendo uma formada em linguagem pela UnB, curso de Licenciatura em Educação do Campo; e o dois concluindo o mesmo curso, só que é na área de Ciências da natureza e a outra é pedagoga.

Quanto à estrutura, a escola da Comunidade Prata é feita de tijolos e telhas, tem 04 salas, 03 banheiros, uma cantina, uma área de lazer e uma sala para os professores. A unidade escolar tem água encanada com ajuda de um motor bomba.

Os alunos da Comunidade Prata enfrentam várias dificuldades, pois alguns moram distantes e necessitam de transportes. É importante salientar que os meios de transportes utilizados são caminhão, caminhonete e Uno. Os mesmos se encontram em situação irregular, onde são reprovados na vistoria feita pelo Departamento Nacional de Trânsito (DETRAN), mas ainda continua sendo utilizado como transporte escolar.

Alguns alunos passam mais de quatro horas dentro das lotações, sendo que a maioria deles vão embaixo do sol e chuva, sem contar que as estradas se encontram em péssimas qualidades e isso dificulta a aprendizagem dos alunos.

Outro fator que dificulta à vida escolar de alguns alunos é a falta de recurso financeira na comunidade, onde os mesmos costumam sair para trabalhar nas fazendas ou até mesmo para outras cidades em busca de melhores condições de vida, como afirma Dias (2016):

A migração ocorre por desinteresse pela vida no território, desde que percebem que ali estão largados praticamente à própria sorte. Esses jovens, uma vez entrando em contato com a urbanização, logo são atraídos pela modernidade. O fetiche urbano os atrai facilmente. A falta de emprego, e de melhores condições de vida, é o que faz com que jovens saiam de casa cada vez mais cedo para enfrentar lá fora a fúria de uma sociedade que ainda não os acolhe (Dias 2016 p.39).

Diante disso, percebe-se que ainda falta uma educação que atenda os desejos dos jovens, que resgata e valoriza a cultura local. Segundo Dias (2016) a educação da Comunidade Prata não atende as especificidades dos alunos:

... as escolas não trabalham as especificidades do campo e muito menos as culturas tradicionais das comunidades. Ela precisa trazer para a sala de aula a vivência dos educandos para que, a partir daí, eles possam se identificar como sujeitos capazes de se sentirem protagonistas da sua própria história, que é uma história muito rica manter os jovens na sala de aula, ou seja, estão cada vez mais sendo influenciados por outras culturas. A educação no campo não está conseguindo manter os jovens na sala de aula, ou seja, estão cada vez mais sendo influenciados por outras culturas. (Dias 2016, p.18).

É importante ressaltar que a educação rural deve atender as especificidades dos sujeitos do campo como está previsto no artigo 28 da LDB:

Art. 28º- Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural. (Brasil 2010).

Portanto, é perceptível que hoje existe um amparo da lei, em que se pode e se deve colocar nas práticas diárias o uso dos conhecimentos sociais, culturais e naturais dentro da escola, trazendo-se temas transversais voltados para a realidade local dos educandos, de forma a mostrar para esses a importância dos conhecimentos e saberes de seu povo, de modo que a transversalidade possa ser trabalhada integrando-se as vivências do seu dia-a-dia com o conhecimento científico por meio do livro didático.

Sendo assim, é evidente que deve lutar mais por políticas públicas para uma educação do campo melhor, que possa contribuir fortemente para a formação dos sujeitos da Comunidade Kalunga Prata. “Não basta ter escolas no campo, ou seja, é necessário escolas com um projeto político pedagógico vinculado às causas, aos

desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo”, diz (Kolling, 1999, p. 29).

Para que haja uma formação de qualidade dos sujeitos da Comunidade Kalunga Prata, é preciso analisar o currículo escolar e fundamentá-lo com o Dicionário da Educação do Campo e com as matrizes operacionais. É importante frisar que o dicionário é de fundamental importância para a produção do currículo e do Projeto Político Pedagógico.

Segundo Molina e Sá (2012) a escola do campo deve ser pensada como parte de um projeto maior de educação da classe trabalhadora, e assim buscar uma prática educativa que efetivamente fortaleça os camponeses para as lutas principais, no bojo da constituição histórica dos movimentos de resistência à expansão capitalista em seus territórios.

De acordo com Caldart (2012) a escola deve ser espaço em que sejam considerados os saberes da terra, do trabalho e da agricultura camponesa e que as especificidades de se viver a infância, a adolescência, a juventude e a vida adulta no campo sejam incorporadas nos currículos e propostas educativas e que os saberes, concepções de história, de sociedade façam parte do conhecimento escolar.

É importante salientar que a Educação da Comunidade Prata tem progredido muito com o curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) oferecido pela UnB, pois há professores formados e outros em formação que desenvolvem ações de intervenções na escola e na Comunidade local, como veremos a seguir.

3.3 CONTRIBUIÇÕES DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA A EDUCAÇÃO DA COMUNIDADE PRATA VÃO DO MOLEQUE

A Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) é um curso regular oferecido pela Universidade de Brasília (UnB). O mesmo acontece no sistema de alternância, ou seja, subdivide-se em Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC).

O seu objetivo é formar professores para as escolas do Campo, onde a Matriz curricular desenvolve uma estratégia multidisciplinar de trabalho docente, organizando os componentes curriculares em duas áreas do conhecimento (habilitações): Ciências da Natureza e Matemática e Linguagens.

É importante salientar que uma das propostas pedagógica da LEdoC é manter os alunos no meio em que vivem, mesmo durante a graduação. Por isso, desde o primeiro semestre, os estudantes alternam o aprendizado no campo com a prática na zona rural em dois tempos, o Tempo-Comunidade e o Tempo-Universidade.

No chamado Tempo-Universidade, os estudantes preparam diversos materiais que serão utilizados na comunidade. Já no Tempo-Comunidade, os alunos repassam o saber com a Comunidade de origem, e aplicam os conhecimentos adquiridos na UnB por meio de intervenções expressas através de teatro e palestra educativa, através das quais discutem questões como: afirmação da identidade, valorização da história afro-brasileira; racismo, doenças sexualmente transmissíveis, conservação do meio ambiente e fortalecimento da cultura.

O curso Licenciatura em Educação do Campo tem contribuído de forma significativa para com a educação da Comunidade Prata, pois há professores que formaram e outros que estão em processo de formação. Os mesmo afirmam que a LEdoC tem sido uma grande aliada no processo de ensino e aprendizagem dali, como afirma uma entrevistada:

O curso de Licenciatura em Educação do Campo trouxe vários benefícios para nós da Comunidade Prata, pois vários trabalhos de intervenções são realizados, e com eles há não só um resgate, mas também um fortalecimento da cultura local. Sou muito grata por ter concluído o curso de Licenciatura em Educação do Campo, pois depois da conclusão estou mais preparada e segura na sala de aula. Além disso, aprendi a educação deve atender as especificidades dos alunos do campo. (Entrevista 03)

Segundo Rosa (2013), com as ações de intervenção realizadas por estudantes da LEdoC, os educandos consolidam aprendizado e experiência por meio de atividades diversas, por exemplo, o de teatro e palestra educativa, através das quais discutem questões como: afirmação da identidade; valorização da história afro-brasileira; racismo; doenças sexualmente transmissíveis; proteção e conservação do meio ambiente e o fortalecimento da cultura.

Através do curso, percebe-se a importância da dinâmica entre as disciplinas e a real necessidade de relacionar o cotidiano das crianças e dos adolescentes, isso, associando-se a educação escolar aos saberes da terra, com o conteúdo curricular proposto. Compreende-se que é possível trabalhar os conteúdos curriculares recorrendo-se a outros métodos, ou seja, não só os livros podem ser empregados, todo o contexto social.

É importante salientar que a educação na Comunidade Prata do Vão do Moleque tem melhorado muito, pois os professores formados e os que estão em formação no curso LEdoC estão aprendendo a superar desafios e dificuldades, e assim, dando um novo rumo a educação visando o desenvolvimento de sujeitos agentes aptos a enfrentar o mundo.

Portanto, é perceptível que a Comunidade Prata tem ganhado um grande aliado, que é o curso Licenciatura em Educação do Campo, e que o mesmo tem sido bastante positivo, pois nota-se a melhoria no ensino aprendizagem, comparando com anos anteriores, como são comprovados por meio das avaliações externas.

3.4 A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DOS SABERES RELACIONADOS AOS MODOS TRADICIONAIS DA AGRICULTURA ORGÂNICA NO CURRÍCULO DA ESCOLA DA COMUNIDADE PRATA VÃO DO MOLEQUE

Segundo Dias (2016), a escola da Comunidade Prata Vão do Moleque não trabalha de acordo com as necessidades dos sujeitos do campo, pois o currículo não é proposto de acordo com o artigo 28 da lei de Diretrizes e base, onde está previsto que na educação básica para as comunidades rurais o sistema de ensino deve promover adaptações necessárias de acordo com as especificidades de cada região.

É importante salientar que ter um componente curricular voltado para a realidade da Comunidade Kalunga Prata é o desejo de muitas pessoas, especialmente àquelas que participam da educação local, como afirma uma entrevistada:

Gostaria muito que os saberes tradicionais fossem inseridos no currículo escolar, e assim, a mostrar para os educandos a importância dos conhecimentos e saberes de seu povo, de modo que a transversalidade

pudesse ser trabalhada integrando-se aos conteúdos propostos na matriz curricular (Entrevista 03)

A inserção dos saberes culturais no currículo pedagógico da escola da comunidade é muito importante, pois o mesmo pode fortalecer e contribuir com o resgate e preservação da cultura local, e com isso, todo o conhecimento não acarretará a perda dos saberes que foram repassados de geração a geração, como afirma uma entrevistada:

Penso que a escola deve trabalhar e fazer com que os alunos reconheçam a importância dos saberes tradicionais utilizados na agricultura familiar, isso seria um meio de fortalecer a nossa cultura e identidade (Entrevista 04)

Os moradores mais velhos da Comunidade Prata temem o esquecimento de todos os saberes tradicionais, pois os jovens não estão mais interessados em aprenderem esse conhecimento, como são afirmados nas falas dos entrevistados:

Os meninos de hoje não tem a força de vontade de aprender o que ensinamos, eles ficam querendo aprender tudo que é ensinado lá fora, não se preocupam em fazer receitas naturais para combater as pragas, querem comprar inseticidas químicos que vendem na cidade. (Entrevista 01)

Já cansei de ensinar, mas os meninos de hoje em dia não estão mais interessados em aprender nossos ensinamentos, nossos saberes que usamos na plantação das roças, não querem mais capinar, querem usar venenos para matar o mato. Penso que a escola deveria nos ajudar a fazer com que os jovens aprendessem a valorizar nossos saberes. (Entrevistado 02)

De acordo com uma professora da comunidade, o trabalho de inserção dos saberes tradicionais utilizados na agricultura familiar sala de aula é dificultado, devido a formulação do currículo, veja a afirmação abaixo:

Nós professores somos obrigados a seguir a matriz curricular, e isso faz com que ficamos limitados aos conteúdos que devem ser ministrados até o final de cada bimestre, e isso acaba atrapalhando a dinâmica das ações, dificultando atividades transdisciplinares na sala de aula. (Entrevista 03)

E assim, ficou evidente que os saberes tradicionais da Comunidade Prata podem ser esquecidos com o passar do tempo, e para que isso não aconteça é necessário fazer um trabalho de reflexão e conscientização daqueles povos.

Percebe-se a urgência de uma política pública que exerça o direito à educação, respeitando as especificidades dos sujeitos do campo, suas diretrizes, pareceres, programas, decretos, instrumentos legais que legitimam a luta dos trabalhadores do campo.

É importante ressaltar que deve haver uma união entre professores, estudantes da LEdoC e a Associação EPOTECAMPO(Associação da Educação do Campo dos educandos e educadores do território Kalunga e comunidades rurais) para realizar um trabalho de reflexão com alunos, pais e moradores sobre a importância de preservar os modos tradicionais da Comunidade Prata.

Sendo assim, essa união poderá fazer articulações que promovam o engajamento dos princípios educativos na escola. Neste sentido, incentivar a mesma a cumprir as normas da Educação do Campo para que sejam inseridos a história, o trabalho, a vivência, a cultura, e o conhecimento popular no currículo, com o intuito promover e valorizar a identidade dos alunos da Comunidade Prata.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho é possível confirmar que a agricultura orgânica sempre fez parte do cotidiano da Comunidade Prata Vão do Moleque. A mesma tem grande importância, onde a terra é sinônimo de sobrevivência, pois é por meio dela que provem o alimento fonte de subsistência.

Ficou evidente por meio dos depoimentos de moradores que na produção agrícola tem a participação da família e é praticada de forma tradicional e orgânica, onde são preservados os saberes passados de geração a geração.

A trajetória da pesquisa mostrou que a Comunidade Kalunga Prata Vão do Moleque possui uma cultura rica em saberes e fazeres relacionados aos modos tradicionais de produção agrícola que não são inseridos no contexto escolar.

Ficou evidente por meios das entrevistas que os pais têm muita força de vontade de ensinar o que sabem para seus filhos, mas ficou claro também com essa pesquisa que muitos desses valores estão se perdendo e que os jovens não estão conscientes da importância desses saberes tradicionais, estão saindo da comunidade em busca de melhores condições de vida e isso pode acarretar a perda total de todo esse conhecimento.

Pode se confirmar com essa pesquisa que há um grande desejo dos pais e professores por uma metodologia educativa que valorize os saberes culturais, que contemplem as necessidades dos jovens, resgatando e valorizando a cultura local.

Os saberes devem ser valorizados, registrados para que não sejam apagados da memória. É de suma importância que esses saberes e fazeres sejam resgatados, valorizados e levados para o contexto escolar, para que os docentes possam utilizar os mesmos com o objetivo de fazer com que os alunos aprendam com a sua própria cultura.

Enquanto professor do campo não pode deixar os saberes e fazeres serem apagados da história da Comunidade Prata. Deve-se lutar por uma educação do

campo que contemple as reais necessidades dos educandos pra que todos os aspectos culturais sejam regatados e valorizados,

Como morador e professor da Comunidade Prata será pesquisado meio para incentivar o grupo gestor a cumprir as normas da Educação do Campo, para que essas escolas adotem a história, o trabalho, a vivência, a cultura, o conhecimento popular e a terra como matrizes curriculares, a fim de erradicar o método de exclusão da escola, promovendo assim, a valorização da identidade dos alunos da comunidade local.

Pode-se confirmar que a educação do campo tem contribuído de forma significativa com a prática educativa da Comunidade Prata Vão do Moleque, especialmente com a formação de vários professores pela Licenciatura em educação do campo -LEDOC- UnB, ainda tem grandes possibilidades de transformar a realidade dessa comunidade, já que foi possível confirmar que os saberes ainda não estão inseridos no currículo escolar.

Espera-se que este trabalho venha como um grande aliado para suscitar a transformação da educação da Comunidade Prata, onde todos os costumes, saberes e fazeres tradicionais possam ser inseridos e valorizados no ambiente escolar, e assim, resgatar e fortalecer a cultura local.

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, Iara. **Reflexões Sobre o Conceito de Agricultura Familiar**. 2007. Disponível em: <www.Comunidades.mda.gov.br>. Acesso em: 16/04/09.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Terceira Edição – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

ARAÚJO, Rafael Sânzio. Projeto Cartográfico – **Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográficas da Universidade de Brasília**. Fonte: BAIOCCHI, Mari de Nazaré, **Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga**. Brasília: Ministério da Justiça, UNESCO 1999

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (orgs). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 65-86.

_____. **Por uma educação do campo**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ASSIS, Renato Linhares de. **“Diagnóstico da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro e propostas para a sua difusão”**. Tese de M.Sc., UFRRJ, Rio de Janeiro, 1993.

BAIOCCHI, Mari de Nazaré. **Kalunga – Povo da terra**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

_____. Mari de Nazaré. **Kalunga – Povo da terra**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2001.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: Introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação(MEC) Secretaria de Educação Fundamental (SEF). **Uma História do Povo Kalunga**: 2007

BRASIL. LDB. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL**. 5ª Edição Biblioteca Digital Câmara dos Deputados 2010.

BRASIL. Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25/07/2006.

BRASIL. LDB, Lei 9394/96 **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Corde, 1996.

BRASIL. Presidência da República; Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). **As desigualdades na escolarização no Brasil: relatório de observação** nº 4. 2. ed. Brasília: Presidência da República–CDES, 2011. Disponível em: http://www.cdes.gov.br/exec/documento/baixa_documento.php?p=f01200e46c4658da5fc5f23be04aed652ad501edb9f102b8f299a2f0251f638505c4da4db502c9cb379fb3a7ff38d30a9607. Acesso em: 15 set. 2011.

CALDART, Roseli Salete. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: NOTAS PARA UMA ANÁLISE DE PERCURSO**. Rio de Janeiro. 2004.

CALDART, Roseli Salete. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: IDENTIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS**. Organização “Por uma Educação do Campo”. Brasília. 2002.

CALDART, Roseli Salete - **Educação do Campo**. In **Dicionário da Educação do Campo**. Caldart, R. et al (orgs.) Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

CORDEIRO, A.; PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. de. **Crise Sócio-Ambiental e Conversão Ecológica da Agricultura Brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola**. Mimeo. Rio de Janeiro, 1996.

CROISÉS, Regards. **Kalunga Casamance: olhares cruzados**. São Paulo: Basaglia, 2009.

DIAS, Valquíria Fernandes. **Saberes e fazeres quilombolas da Comunidade Kalunga Prata: as benzedadeiras, seus benzimentos e suas contribuições para a educação do campo**. Monografia (Licenciatura em Educação no Campo). Brasília – DF, 2016.

DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo. S.V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

DUTRA, Mara Vanessa Fonseca. **Direitos quilombolas: Um estudo do impacto da cooperação ecumênica**. Rio de Janeiro: KOINONIA presença Ecumênica e Serviço. 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do Território**. Disponível em http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_ em 2008. pdf Acesso: 09 de Maio de 2011.

FETRAF. **Federação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.fetraf.org.br/artigos/artigos/11/agricultorafamiliar-a-favor-da-vida-do-meio-ambiente-da-sustentabilidade>. Acesso em nov/2012

FONSECA, M.F.A.C. **“A construção social do mercado de alimentos orgânicos: Estratégias dos diferentes atores da rede de produção e comercialização de frutas, legumes e verduras (FLV) in natura no estado do Rio de Janeiro”**. Tese de M. Sc., UFRRJ, Rio de Janeiro, 2000.

GLIESMAN, S.R. **Agroecologia - Processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

KOLLING, E. J; NERY, Ir.; CALDART, R. S. (org.). **Por uma educação básica do campo**. Livro 1. Brasília: UNB, 1999.

LOPES, C. V. G. **O Conhecimento etnobotânico da Comunidade Quilombola do Varzeão**, Dr. Ulysses (PR): no contexto do Desenvolvimento Rural Sustentável. Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal, do Setor de Ciências Agrárias da UFPR. Curitiba, 2010.

MARCONI. M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MONTE ALTO, Rosana Lacerda. M763s **Saberes e fazeres quilombolos**: diálogos com a educação do campo / Rosana Lacerda Monte Alto. – Uberaba, 2012. 136 f.: il. color.

MEIRELLES, L.R. & RUPP, L.C.D. **Agricultura Ecológica - Princípios Básicos**. 2005. Disponível em:< <http://www.centroecologico.org.br/agricultura.php>>. Acesso em: 19 mar.2014.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lais Mourão - **Educação do Campo**. In **Dicionário da Educação do Campo**. Molina, M; Sá L. et al (orgs.) Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PALACÍN, Luís. **O século do ouro em Goiás**: 1722–1822 estruturas e conjunturas numa capitania de Minas. Goiânia: UCG, 1994.

PARÉ, M. L.; OLIVEIRA, L. P. de; VELLOSO, A.D. **A educação para quilombolas: experiências de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da Comunidade Kalunga de Engenho II (GO)**. Cadernos CEDES, Campinas, v. 27, n. 72, p. 215-232, 2007.

PENTEADO, S.R. Manual de fruticultura ecológica: Técnicas e práticas de cultivo. 2.ed. Campinas: Via Orgânica, 2010.

ROSA, Wanderléia dos Santos. **Rezas, Rezadeiras e Juventude na Comunidade Vão de Almas, Cavalcante– Go.** Monografia (Licenciatura em Educação no Campo). Brasília – Df, 2013.

SARAIVA, Regina Coelly Fernandes. **Saberes, fazeres e natureza nas vozes de mulheres da Chapada dos Viadeiros-Goiás.** 2012

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro.** Brasília (DF): EMBRAPA, 2008 (Texto para Discussão n. 30).

SILVA, Aneli Soares da. **Uso das plantas medicinais do cerrado na Comunidade Kalunga, Ribeirão dos Bois,** Teresina – GO. Monografia (Licenciatura em Educação no Campo). Brasília – DF, 2013.

SILVA, Clécio Azevedo da. **Pensando o espaço social alimentar em benefício da agricultura familiar.** In: Anais do IX Colóquio Internacional de Geocrítica Los Problemas del mundo actual soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24553.htm> Acesso em: 05 de Abril de 2011

SILVA, Martiniano José da. **Sombra dos quilombos.** Goiânia: Cultura Goiana, 1974.

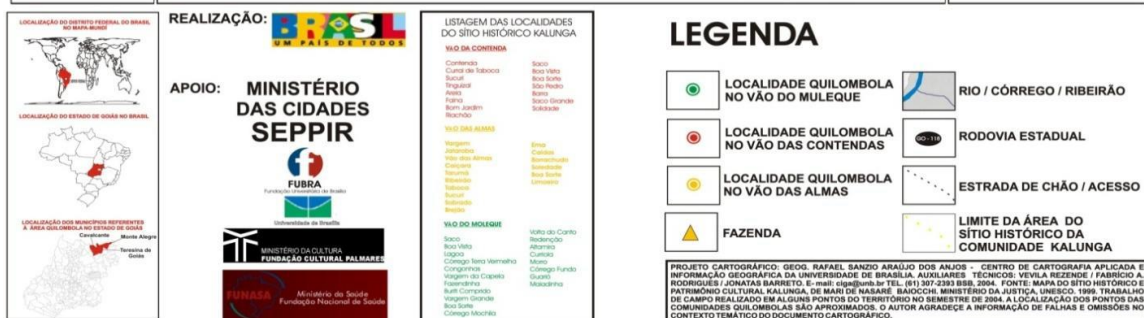
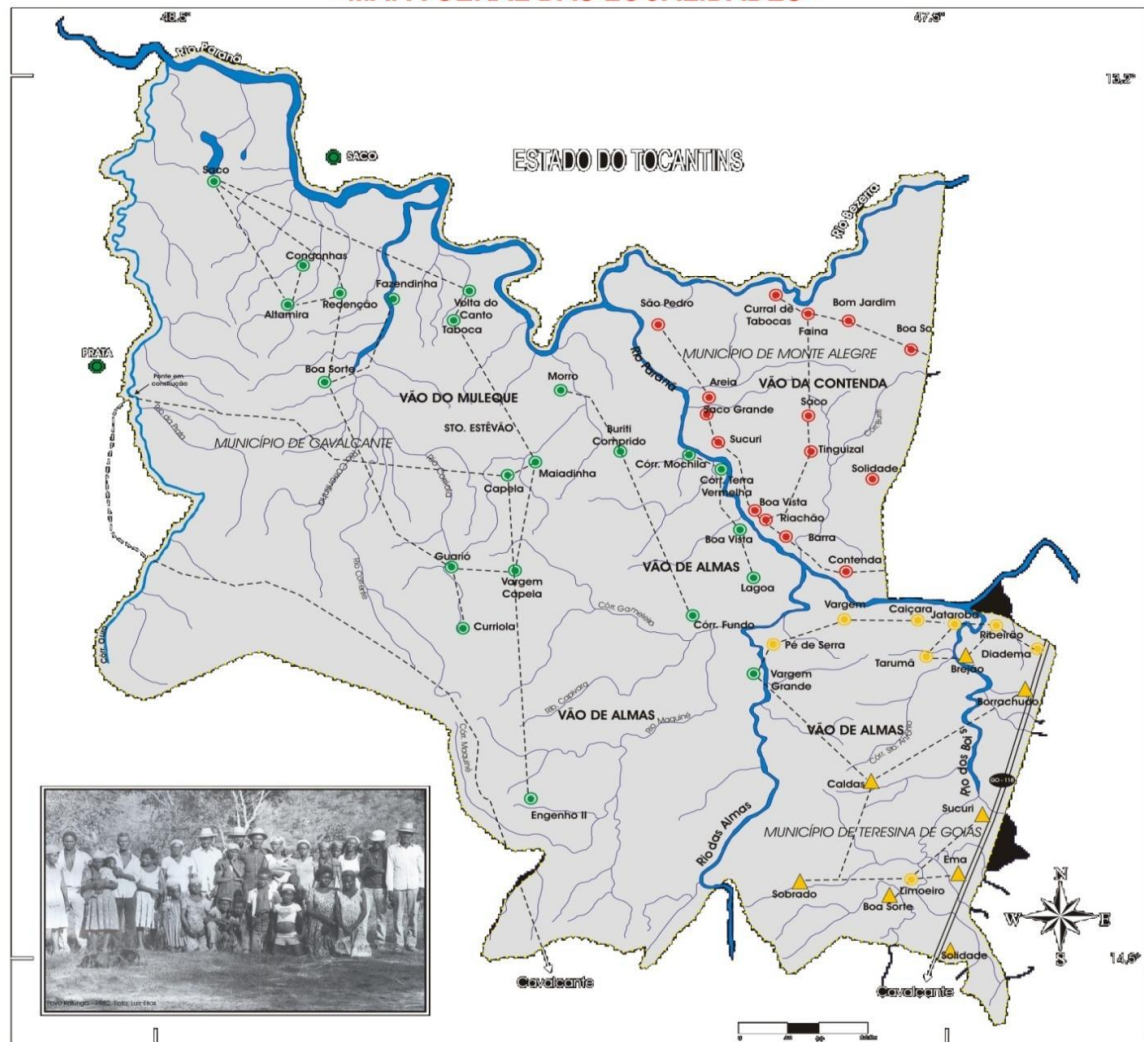
_____. **Quilombos do Brasil Central: violência e resistência escrava 1719-1888.** Goiânia: Kelps, 2013.

SOARES, Aldo Azevedo. **Kalunga: o direito de existir.** Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1995.

WANDERLEY, M.N.B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o “rural” como espaço singular e ator coletivo.** Estudos Sociedades e Agricultura, Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA, n.15, p. 87-146, 2000.

ANEXO

SÍTIO HISTÓRICO E CULTURAL DO REMANESCENTE DE QUILOMBO KALUNGA - GO. - MAPA GERAL DAS LOCALIDADES -



Fonte: (ARAÚJO Rafael Sânzio, Projeto Cartográfico – Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica da Universidade de Brasília. Fonte: Mapa, BAIOCCHI Mari de Nazaré, Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, Ministério da Justiça Unesco 1999).(Trabalho campo realizado em alguns pontos do território, Governo Federal, Ministério das Cidades, SEPPIR, FUBRA, MinC 2004).